

JOÃO JOSÉ REIS
e EDUARDO SILVA

NEGOCIAÇÃO E CONFLITO
A RESISTÊNCIA NEGRA
NO BRASIL ESCRAVISTA

3ª reimpressão



Copyright © Eduardo Silva e João José Reis

Capa:
Ettore Bortini
sobre *Costumes da Bahia*, gravura
de Rugendas

Preparação:
Stella Weiss

Revisão:
Luciane Rapses
Xô Minervino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Silva, Eduardo.
Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil
escravista / Eduardo Silva, João José Reis. — São Paulo:
Companhia das Letras, 1989.

ISBN 978-85-7164-066-5

1. Escravidão - Brasil - Condições dos escravos 2.
Escravidão - Brasil - História 3. Escravidão - Brasil -
Insurreições etc. 4. Escravos - Brasil - Emancipação I. Reis,
João José II. Título. III. Título: A resistência negra no Brasil
escravista.

CDD-326.90981

89-1805

-305.560981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Escravidão: Aspectos políticos 326.0981
2. Brasil: Escravidão: Condições dos escravos: Sociologia
305.560981
3. Brasil: Escravidão e emancipação: Ciência política
326.0981
4. Brasil: Escravidão e senhores: Conflitos: Sociologia
306.560981

2009

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br

SUMÁRIO

Introdução	7
1. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia	13
2. A função ideológica da brecha camponesa	22
3. Nas malhas do poder escravista: a invasão do Candomblé do Accú	32
4. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação	62
5. O jogo duro do Dois de Julho: o "Partido Negro" na Independência da Bahia	79
6. O levante dos malês: uma interpretação política	99

APÊNDICES

1. Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados (c.1789)	123
2. Carta de João Dias Pereira Guimarães ao visconde de Camamú (1828)	124
3. Carta de Antonio Gomes de Abreu Guimarães ao visconde de Camamú (1829)	128
Notas	131
Referências bibliográficas	143

*O JOGO DURO DO DOIS DE JULHO:
O "PARTIDO NEGRO"
NA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA*

*Menino,
É 2 de julho
Menino,
É jogo duro*

*C. Evangelista, J. Alfredo e A. Risério, Reggae da
Independência*

No dia 2 de julho de 1823, as tropas brasileiras que derrotaram os portugueses entraram triunfantes em Salvador, até então ocupada por forças adversárias. Os baianos celebram todos os anos este acontecimento como verdadeira festa nacional. A Bahia tem a personalidade de um país e o Dois de Julho é seu principal mito de origem.

Hoje o Dois de Julho é uma mistura de festa da ordem com festa popular. No início, a festa era só do povo, mas aos poucos as autoridades foram se apropriando de partes dela.¹ A disputa pelo mito nunca foi decidida, é como se o mito estivesse irremediavelmente impregnado de sua origem histórica: o conflito.

A história das lutas da Independência na Bahia não foi apenas a história de um conflito entre brasileiros e portugueses. Se estes últimos formavam um grupo com interesses relativamente coesos, entre os primeiros havia divisões étnicas, ideológicas, políticas e sociais. Essas diferenças se refle-

tiram nas atitudes de maior ou menor radicalismo frente ao colonialismo português e na escolha do regime político que deveria sucedê-lo.

Neste capítulo discutimos sumariamente o desenrolar dos acontecimentos da Independência na Bahia, destacando o posicionamento das várias forças sociais. Em seguida nos detemos na análise das atitudes dos negros e pardos, livres ou escravos, diante dos acontecimentos, e discutimos os temores da elite frente ao que se chamou na época "partido negro" da Independência. O "partido negro" era ao mesmo tempo uma construção ideológica da elite e um fenômeno absolutamente real. Neste último sentido ele significava os vários grupos negro-mestiços de escravos, libertos ou homens livres que, cada qual à sua maneira, tentaram negociar uma participação no movimento da Independência, ou subverter a própria ordem escravocrata no calor do conflito luso-brasileiro. Como cada um desses grupos aproveitou-se do momento da descolonização na Bahia? Isso é o que tentaremos responder. Antes, porém, arrumemos o cenário.

AS FORÇAS EM CAMPO E O DESENROLAR DO JOGO

A revolução liberal do Porto, em agosto de 1820, criou uma monarquia constitucional em Portugal e estabeleceu as Cortes, o parlamento português, como órgão supremo de administração da metrópole e seus domínios. Foram as Cortes que solicitaram o retorno de dom João VI à Europa, e ele partiu do Brasil deixando seu filho Pedro na função de príncipe regente. Entre as transformações que atingiram a estrutura do Estado colonial, criaram-se nas províncias brasileiras as juntas provisórias, que substituiriam os governadores coloniais. Na Bahia, uma junta se formou a partir do movimento de 10 de fevereiro de 1821, quando houve luta entre soldados portugueses e brasileiros, com cerca de vinte baixas. Um governo de sete membros resultou de um acordo entre o último governador da Bahia, o tolerante conde da Palma, os "cidadãos de bem" e os oficiais brasileiros. Entre seus membros

havia dois coronéis portugueses, mas o comando das armas da Bahia — além de uma posição na própria junta — passaria a um brasileiro, o novo brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, um dos principais líderes do movimento constitucionalista em Salvador.²

Inicialmente, a revolução constitucional do Porto criou expectativas entre os coloniais de que a periferia do Império seria agraciada com um grau maior de autonomia. Em setembro de 1821, a Bahia elegeu nove deputados para representá-la nas Cortes, todos brasileiros, entre eles o revolucionário de longa data Cipriano Barata. Em 31 de janeiro do ano seguinte foi eleita uma nova junta com apenas um filho de Portugal, o comerciante Francisco Martins da Costa Guimarães. Os outros seis membros representavam as classes ricas da província, o clero, a magistratura e os militares. Presidia o novo governo o “doutor em leis” e senhor de engenho Francisco Vicente Vianna. O brigadeiro Guimarães não foi incluído nesta junta, mas permaneceu como comandante das armas.

A 15 de fevereiro de 1822 terminava a efêmera ilusão de autonomia colonial vivida pelos baianos. Nesta data chegou a Salvador uma carta régia que promovia a brigadeiro o coronel português Ignácio Luiz Madeira de Mello, nomeando-o para o comando das armas e colocando-o sob a autoridade direta de Portugal. A junta baiana não havia sido consultada ou sequer informada sobre o assunto. Madeira recebeu o decreto de nomeação e o levou ao governo e ao homem a quem deveria substituir.

A situação era delicada. Freitas Guimarães tinha ambições, era um líder entre os militares brasileiros, e ganhara notoriedade popular por seu destacado papel no movimento que derrubara o governo português na Bahia. Os baianos consideraram a nomeação do militar português um retrocesso inaceitável.

Enquanto a junta, a Câmara Municipal e Madeira de Mello debatiam a legitimidade da nomeação, a população da Bahia acentuava sua divisão em campos adversários. Do lado português contavam-se as tropas (1700 homens) e os civis de

Portugal, que controlavam a quase totalidade do comércio na província. Uma combinação de armas e negócios. A banda brasileira era bem maior e mais heterogênea. Dela faziam parte militares, o povo pobre urbano, os proprietários médios, os profissionais e a alta elite representada pelos endividados senhores de engenhos e uns poucos grandes comerciantes baianos. Talvez também os escravos pudessem ser incluídos, embora de maneira periférica, nesse rol, pois, como veremos adiante, a questão nacional também lhes tocou de algum modo. Mas, segundo muitos observadores da época, eles na verdade formavam um terceiro “partido” — ao lado do português e do brasileiro —, o “partido dos negros”.

Não havia objetivo definido ou unidade estratégica dentro do chamado “partido brasileiro”. Havia desde os que queriam a conciliação da colônia com a metrópole em bases tradicionais até os que propunham uma ruptura republicana para o Brasil. As divergências políticas com freqüência equivaliam às clivagens de cor e classe.

Os brancos ricos e/ou em posições de poder e prestígio temiam que uma guerra contra um adversário estrangeiro viesse a desorganizar o comércio, controlado pelos portugueses, e produzisse internamente conflitos de proporções e resultados incalculáveis. Temiam, por exemplo, que a Independência com o tempo se transformasse num movimento mais profundo, caso o discurso de libertação nacional alcançasse as senzalas e aí recebesse dos escravos uma interpretação libertária (im)própria. Por outro lado, as classes dominantes nativas queriam, em todo o Brasil, o controle do Estado nacional, não mais conformadas com a posição de sócio minoritário nos negócios brasileiros. Aliás, em termos de conquista do Estado, elas teriam até sido revolucionárias e a Independência poderia ser vista como uma verdadeira revolução, argumenta Florestan Fernandes. Quer dizer, se a Independência pudesse chegar para os “homens de bém” sem risco de suas propriedades — entre elas, seus escravos — e posições sociais, eles não só a receberiam de braços abertos, como lutariam por ela, e na seqüência acrescentariam mais um privilégio — no caso, poder político — aos muitos que já possuíam. “Revo-

lução conservadora” — foi assim que F. W. O. Morton definiu muito apropriadamente o processo de Independência na Bahia. Escrevendo sobre os líderes aristocratas da Independência no Recôncavo, Joel Rufino se refere a “patriotas conservadores”, e acrescenta: “Eram patriotas porque lutavam pela nossa Independência; e conservadores porque lutavam só por ela”.³

Mas os grupos privilegiados da Bahia se mantinham vacilantes lá pelo início de 1822. Seus possíveis aliados (e competidores) numa frente antiportuguesa se encontravam entre os setores remediados e pobres da população — militares, profissionais liberais, padres, artesãos etc. —, gente livre, com certa educação, algum poder de comunicação e representatividade e, não raro, mulata. Pessoas que haviam emergido pela primeira vez na história política baiana em 1798 com a Conspiração dos Búzios, ou dos Alfaiates, apenas para terem suas cabeças cortadas. Após outra tímida tentativa em 1817, elas agora retornavam propondo medidas secessionistas imediatas e renovando o sonho democrático de 1798.

O desenrolar dos acontecimentos logo definiria a natureza não pacífica da solução para a questão nacional na Bahia. A 19 de fevereiro de 1822 estourou um conflito entre tropas nacionais e portuguesas. Os soldados lusos atacaram objetivos militares e civis, inclusive invadiram o convento da Lapa em busca de franco-atiradores e aí assassinaram a abadeira Joana Angélica. Os soldados brasileiros se refugiaram no Forte de São Pedro, onde receberam adesão de muitos civis que para lá se dirigiram entre 19 e 20 de fevereiro. O forte foi imediatamente cercado pelos homens de Madeira, mas este, cauteloso, evitou o confronto direto. Na verdade foi generoso e permitiu que os sitiados deixassem São Pedro aos poucos. Os que insistiram em ficar, acabaram se rendendo na tarde do dia 21. Após este primeiro *round*, o chefe militar português decidiu encerrar as negociações com as autoridades civis baianas e ocupar militarmente a cidade. Em março do mesmo ano Madeira enviou preso para Lisboa seu principal rival, o ex-comandante Freitas Guimarães, que se envolvera na ocupação do forte junto com outros oficiais.

Os militares que escaparam em fevereiro rumaram para o Recôncavo. Em Abrantes, eles acamparam em terras do poderoso clã dos Albuquerque que, inclusive, estava representado na junta de governo na figura de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque. Mas por enquanto a aristocracia do açúcar ainda queria evitar a guerra. Prevalencia a política de compromisso, apesar de a junta continuar sendo desmoralizada, cada dia mais, por Madeira, seus homens e os demais portugueses de Salvador.

CABRAS E CAIADOS

Com o avançar de 1822, a cidade se transformaria num teatro de intolerância entre baianos e portugueses. Estes formavam o que os baianos rotulavam popularmente de “partido da praia”, uma alusão à freguesia da Conceição da Praia, a praça comercial de Salvador. Com essa designação o povo baiano marcava as diferenças cotidianas que tinha com os comerciantes de Portugal. Garantidos por um razoável braço militar, os “praístas” insultavam os baianos como podiam. Frequentemente organizavam piqueniques e jantares étnicos, onde copos de vinho do Porto eram levantados em louvor à pátria ibérica e em desprezo ao Brasil.⁴ Nos discursos e palavras de ordem de suas concentrações e passeatas, os portugueses chamavam a junta de “governo de cabras”, uma ofensa pesada para senhores de escravos bem situados na vida que se consideravam brancos puros.⁵ Certa ocasião, um grupo de chauvinistas portugueses forçou um compatriota a demitir-se dos serviços de um baiano rico, branco da terra, porque considerava aquele papel indigno para um europeu. Incidentes dessa natureza se multiplicaram.⁶

Os baianos respondiam na mesma moeda os maus modos dos praístas. No dia 19 de março, dia de São José, uma procissão exclusivamente européia que descia a ladeira da Conceição da Praia foi saudada por uma chuva de pedras desaguada por um grupo de negros, segundo Madeira a serviço de “alguns malvados”, como se negro não pudesse agir por conta

própria. Soldados e civis que acompanhavam o cortejo, e as próprias imagens de santos, saíram feridos. Tornaram-se comuns os confrontos entre as tropas portuguesas e a juventude negra (“moleques”) da cidade. Já nas sessões da Câmara Municipal, reduto patriótico, podia-se ouvir gritos zangados de “morte aos europeus”. Quando o filho do príncipe dom Pedro nasceu no Rio, em abril, os baianos iluminaram as janelas de suas casas com tochas e velas (afinal, nascera um príncipe brasileiro!), mas um português que ousou fazer o mesmo foi atacado por uma vigilante turba lusa que lhe apedrejou a casa, destruindo os copos de velas e ferindo um caixeiro que ali morava. Alguns dias depois os portugueses celebraram animadamente o aniversário da rainha-mãe de Portugal com uma parada militar cadenciada aos gritos de “mata cabra”.⁷ Cada lado na disputa festejava a parte da família real portuguesa que se encontrava do lado certo do Atlântico. A ritualização do conflito e a primitiva guerra de símbolos e pedras precederam a guerra real e moderna de tiros, tropas e mortes entre baianos e portugueses.

Na troca de insultos, freqüentemente se lançava mão da linguagem racial como dispositivo de combate. Para os portugueses, todos os baianos eram cabras “indignos da Costa de África”, conforme queixava-se o ofendido branco baiano Bento de França, filho do deputado às Cortes, senhor de engenho e marechal-de-campo Luís Paulino.⁸ “Cabra” significava, no vocabulário racial da época, alguém de pele mais escura que um mulato e mais clara que um negro. Brancos reais, brancos sem dúvida, só eles portugueses. Talvez por isso os manifestantes baianos os chamassem de “caiados”, gente exageradamente branca como a cal. Ser branco demais virava assim um estigma no discurso patriótico popular, e “caiado” seria, mesmo após a Independência, o insulto racial predileto de negros contra brancos.⁹

A animosidade entre os “brancos da terra” e os “brancos da Europa” preocupou alguns espíritos ordeiros da época que conseguiram manter a cabeça fria. Foi o caso de um almirante francês que se encontrava na Bahia, o barão Albert Roussin. Ele considerava precipitada e perigosa a desunião da minoria

branca numa cidade tão abundantemente povoada por negros e mestiços, a maioria dos quais escravos.¹⁰ Escapou a esse comentarista, no entanto, que a questão racial também entrava como fator de divisão entre os brancos. Os brancos de Portugal se entendiam superiores aos de cá, da mesma forma que estes ao resto da população. “Sentimentos inatos de desprezo pelas castas de cor” não eram exclusividade dos portugueses, como sugeriu Roussin.¹¹ Por isso, aliás, ao chamarem de cabras todos os habitantes da Bahia, os praístas não poderiam ter escolhido uma linguagem mais adequada para ofender os privilegiados da terra. Foi um raro momento em que a elite baiana sofreu a experiência do desprezo racial, ela que cotidianamente depreciava o povo baiano, livre ou escravo, pela cor de sua pele.

Desde os acontecimentos de fevereiro os baianos começaram a emigrar em grande número para o Recôncavo, principalmente aqueles que lá possuíam propriedades ou parentes e amigos que os recebessem. Em Salvador, a repressão portuguesa aumentava. Uma reunião na Câmara Municipal, marcada para o dia 12 de junho, a fim de discutir as recomendações a serem enviadas aos deputados baianos em Lisboa, foi impedida pelas tropas de Madeira, que cercaram o prédio, barrando a entrada dos vereadores. Em agosto, a capital já se transformara num enclave de portugueses, agora reforçados por tropas de Portugal expulsas do Rio de Janeiro e que lá foram aportar. Mais portugueses chegaram a Salvador fugidos da perseguição patriótica no interior.

No Recôncavo, as preparações para um confronto militar se desenvolviam desde março, ao lado de decisões políticas importantes. Em meados de junho, a Câmara Municipal de Santo Amaro reuniu representantes do “clero, nobreza, milícias e povo” — a hierarquia social do *ancien régime* santamarense — e decidiu aconselhar os deputados da Bahia nas Cortes de Lisboa a apoiarem um governo autônomo para o Brasil, com dom Pedro à frente.

Outras vilas da região seguiram a trilha aberta por Santo Amaro. Os acontecimentos mais decisivos tiveram lugar em Cachoeira, onde o príncipe dom Pedro foi promovido à cate-

goria de “Regente e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil”, após o que pipocou um tiroteio entre portugueses, apoiados por um barco plantado no rio Paraguaçu por Madeira, e o povo da vila, tendo à frente as milícias locais. No dia 26 de junho foi ali constituída uma Junta de Conciliação e Defesa, órgão de direção no enfrentamento contra os portugueses; também foi fundada uma Caixa Militar, para financiar as despesas de guerra; e, finalmente, lançado um apelo de mobilização armada aos habitantes do Recôncavo.

Esse conjunto de ações não deixou dúvidas de que uma guerra de verdade se aproximava. A “nobreza” baiana aos poucos reconhecia a impossibilidade de um compromisso com os praístas. O Recôncavo se encontrava nas mãos dos senhores de engenho, que controlavam a quase totalidade de suas milícias, municipalidades e, claro, sua economia. No segundo semestre de 1822 estava definitivamente configurada a geografia do conflito luso-baiano: Salvador em mãos portuguesas, o Recôncavo em mãos baianas.

A 7 de setembro a separação do Brasil foi oficialmente confirmada no Sul. O novo governo ordenou pela segunda vez — a primeira fora em junho — a saída de Madeira. Consta, inclusive, que José Bonifácio teria tentado comprar a fidelidade do brigadeiro português, mas este recusou a oferta. Pelo contrário, pediu reforço militar a Lisboa.¹²

A essa altura, as forças do Recôncavo já sitiavam as tropas portuguesas em Salvador. O controle que os baianos mantinham das regiões produtoras de alimento no interior terminou por reduzir à penúria os residentes na capital. Os preços aumentaram violentamente com o desaparecimento de produtos básicos de alimentação dos armazéns e feiras.¹³ Esta foi a situação encontrada na Bahia em outubro pelas tropas enviadas do Rio de Janeiro.

As tropas do Rio estavam sob o comando do aventureiro francês, general Pedro Labatut, que, tão logo chegou, iniciou a formação de um exército unificado, com a absorção das milícias do Recôncavo. Ao final da guerra o chamado “Exército Pacificador” contava com quase 14 mil homens em armas. O desenrolar do conflito já foi descrito por vários autores e não

vamos cuidar disso aqui. De um modo geral os combates foram de pequena monta, escaramuças em que os baianos foram favorecidos pela superioridade numérica. O maior e mais decisivo dos encontros foi a batalha de Pirajá, que se deu nos arredores da capital a 9 de novembro de 1822. Mas a paz só veio mesmo no início de julho de 1823, com a evasão para Portugal de todas as tropas portuguesas e um grande número de civis.

O "PARTIDO NEGRO"

A guerra permitiu a formação de uma espécie de ampla aliança entre baianos das mais variadas origens de classe, cor e visão política, mas não conseguiu desativar as tensões, as divisões que minavam o campo brasileiro. No próprio calor da luta, os senhores de engenho tiveram disputas com líderes mais radicais, como o tenente Joaquim Sátiro da Cunha e o cadete João Primo — personagens que após o Dois de Julho continuariam na oposição aos novos governantes da Bahia. Outro que deu trabalho às lideranças senhoriais foi Francisco Sabino da Rocha Vieira, futuro líder da mais bem-sucedida revolta liberal-federalista na Bahia, em 1837. Este mulato de olhos azuis, médico e político destemido, servira como ajudante de campo em Itaparica e, acusado de radicalismo, fora preso por Labatut em 1823.¹⁴

Aliás, foram esses agitadores que despertaram a elite baiana da inércia. Ela decidiu abraçar completamente a causa da Independência em parte para evitar que o movimento caísse em mãos erradas, radicais. E não fez segredo quanto a isso. O coronel de milícias Gaspar de Araújo Azevedo Gomes de Sá, de tradicional família baiana, defendeu na Câmara de Santo Amaro a conveniência de se proclamar a autoridade regencial de dom Pedro, imediatamente, para "prevenir que algum espírito mal-intencionado mova o povo a se pôr em excessos anárquicos".¹⁵ Quer dizer: que a "revolução" fosse feita antes que o povo a fizesse. E assim prevaleceram os excessos monárquicos da elite...

Os negros e pardos livres que serviram nas forças patrióticas eram considerados, nem sempre com razão, prontos seguidores de líderes radicais. Realmente muitos deles concluíam que uma independência capitaneada pelos brancos de uma elite conservadora não iria sequer arranhar as práticas vigentes de discriminação racial e privilégio de classe. A senhora do engenho Aramaré, dona Maria Bárbara Garcez Pinto, se referia aos descendentes de africanos como “aves altivas por natureza”, o que ela via como um defeito. Em sua versão das coisas, negros e mulatos livres estariam prontos para dar o golpe sobre os brancos portugueses e brasileiros divididos.¹⁶

Na verdade, os negros e mulatos não queriam barbarizar a Bahia, como cogitava dona Bárbara. O comportamento deles diante da situação de conflito apenas mostra-os como combatentes persistentes e duros contra o colonialismo português, ao contrário da elite à qual pertencia a senhora de engenho. E tinham razão e interesse de sobra para serem assim. A maioria da população livre pobre era negra e mestiça e odiava os portugueses porque estes monopolizavam a venda e especulavam com os preços de certos produtos básicos de subsistência, além de serem particularmente racistas. A discriminação contra os soldados negros e pardos por parte dos militares portugueses era uma outra fonte antiga de tensão social. Foram as chamadas “tropas de cor” que formaram o contingente principal dos envolvidos nas lutas contra os portugueses em fevereiro de 1822, e com a queda do Forte de São Pedro tiveram de fugir da cidade. Foram também principalmente os paisanos negros e mulatos que organizaram a resistência em Salvador, enfrentando quase sozinhos as forças portuguesas depois que os respeitáveis cidadãos escaparam para o Recôncavo. Madeira prendeu pelo menos trinta pardos por ocasião da manifestação baiana contra a procissão de São José, em 19 de março de 1822.¹⁷

No Recôncavo a presença de negros entre os patriotas levaria um observador militar, o capitão José Antonio de Fiuza e Almeida, a escrever em abril de 1822: “Nesta vila [Cachoeira] e seus distritos há três partidos revolucionários, a saber, um de

brasileiros, outro de europeus, e o terceiro de negros, e que breve aparece a triste cena de guerra civil”. Meses depois, em carta à junta, Madeira dizia estar o Recôncavo rebelde “recheado de castas perigosíssimas”. Durante o conflito armado, os senhores da região, que dirigiam a luta, procuraram reduzir a ameaça potencial desse “partido negro”. É o que revela o seguinte episódio da guerra: Labatut encaminhou ao Conselho Interino de governo e este às câmaras da região o pedido de que os proprietários libertassem alguns de seus escravos para servirem nas forças baianas. Os vereadores negaram, argumentando que havia homens livres de sobra para serem recrutados e que, de qualquer forma, consideravam um risco armar ex-escravos. Afinal, que garantia teriam eles de que o recém-adquirido poder de fogo dos libertos não seria colocado a serviço dos parceiros ainda cativos?¹⁸

Muitos escravos não esperaram que seus senhores os liberassem para a luta e fugiram para se unir às forças brasileiras. Mais tarde, o governo imperial os recompensaria instruindo o governo da província que recomendasse aos senhores sua alforria gratuita e, caso estes a recusassem, que os alforriasse com recursos da Junta Provincial da Fazenda.¹⁹

Os negros livres e libertos preocuparam os observadores do ocaso do Império português no Brasil, mas foi sobretudo pensando nos escravos que eles distinguiram a atuação de um “partido negro”. Um anônimo informante da Coroa portuguesa escreveria numa data entre 1822 e 1823: “(...) embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos [portugueses e brasileiros], existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso, pois trata-se do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seus números reduzidos”.

Esse informante era francês e como tal atormentava-o o que acontecera com a lucrativa ex-colônia francesa de Saint Domingue, atual Haiti. Lá os pardos livres se chamavam *gens de couleur*, pessoas de cor, e muitos constituíam um setor de prósperos escravistas que se viam como herdeiros naturais da-

quele domínio da França. Em meio ao clima de divisão e conflito entre as *gens de couleur* e os *blancs* franceses e da terra, os escravos sublevaram-se em massa, destruíram a escravidão e a economia de *plantation* e, no processo, definiram a ruptura colonial. O autor francês recomendava às pessoas de cor do Brasil que seus interesses estavam em se aliar aos escravistas brancos para evitar que os escravos pusessem tudo a perder: “Finalmente: todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais? Se se continua a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que, quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos”.

Era um aviso *sobretudo* aos brancos, mas ao falar de “todos os brasileiros” o francês incluía as pessoas de cor livres, proprietárias reais ou potenciais de escravos. Estes, em especial os africanos, representavam em última análise o inimigo principal, o núcleo potencialmente explosivo do “partido negro”.²⁰

Testemunha dos primeiros momentos do processo de Independência na Bahia, Sierra y Mariscal também fez um prognóstico alarmante para os *blancs* baianos diante da guerra e do êxodo dos portugueses. Inicialmente o campo anti-branco é definido amplamente: “Calculo que a Raça Branca acabará às mãos das outras castas, e a província da Bahia desaparecerá para o mundo civilizado”. Em seguida ele especifica quem seria o coveiro do branco e as circunstâncias da morte: tendo sido o comércio português “o dique que continha as Revoluções”, em sua ausência o senhor de engenho não mais teria como produzir ou comprar alimento, “e neste estado da disciplina”, conclui, “os escravos se sublevam e a Raça Branca perece sem Remédio”.²¹ Obviamente Sierra y

Mariscal subestimou a capacidade de controle social dos senhores baianos. Subestimou também a inteligência dos escravos, pois não é principalmente à fome que se deve atribuir a rebeldia por eles esboçada no tempo da Independência. Estava talvez mais certo o autor anônimo antes citado quando apontou a possível influência subversiva das idéias liberais. Além disso, havia a longa tradição rebelde, de caráter étnico, dos que vinham da África. Roussin coloca bem a questão quando inclui os escravos como um dos atores centrais no cenário revolucionário da Bahia da época. Após arrolar as várias tendências e opções político-ideológicas entre portugueses e brasileiros, ele conclui (em junho de 1822): “As divergências de opiniões não param aí; forma-se uma oposição muito mais temível que qualquer outra e que, se não prontamente reprimida, trará a perda total e irreparável do Brasil: é a insurreição dos escravos, da qual os mais pavorosos sintomas já se manifestaram”.²² Para o barão francês, os escravos representavam uma corrente de opinião entre outras, constituíam um grupo específico, e o mais temível, de “oposição”.²³

Com efeito, os escravos, sobretudo os crioulos e os pardos nascidos no Brasil, mas também os africanos, não testemunharam passivamente o drama da Independência. Muitos chegaram a acreditar, às vezes de maneira organizada, que lhes cabia um melhor papel no palco político em via de ser montado com a vitória baiana. Os sinais desse projeto dos negros são claros. Escrevendo a seu marido em Portugal, a 13 de abril de 1823, a dona Maria Bárbara Garcez Pinto informava-o em sua pitoresca linguagem: “A crioulada da Cachoeira fez requerimentos para serem livres”. Em outras palavras, os escravos negros nascidos no Brasil (crioulos) ousavam pedir, organizadamente, a liberdade! Segundo a mesma fonte, eles contavam inclusive com a simpatia de pessoas livres, talvez até brancos, que encaminhavam suas petições às Cortes em Lisboa. É importante notar que, aparentemente, os escravos crioulos não pediam liberdade para os de origem africana, o que refletia a tradicional inimizade entre os dois grupos. Mas a classe senhorial nem de longe pensava em ver seus escravos, brasileiros ou não, fora das senzalas. Sua resposta à

reivindicação dos crioulos foi bem expressa por dona Bárbara: “Estão tolos, mas a chicote tratam-se!”²⁴

O pacto paternalista entre crioulos e senhores brasileiros ameaçava ruir. Comparados aos africanos, os escravos nascidos no Brasil eram melhor tratados — tinham certos privilégios ocupacionais, podiam mais facilmente constituir família, adquiriam a alforria em maior número. Além disso, eles tinham algum trânsito nos modos de ser, idéias, costumes, idioma e anseios dos homens livres da Bahia. Sentiam-se, eram brasileiros, e por isso achavam natural que pudessem se libertar junto com o país. Afinal, seus senhores não falavam tanto em liberdade? Foi a questão levantada pelo autor francês anônimo. Aliás, o próprio Madeira de Mello argumentava, a 2 de julho de 1822, que a falta de punição aos senhores patriotas só aumentaria “a imoralidade dos escravos, seguindo-se a rebelião destes”.²⁵

Na metáfora predileta dos periodistas e oradores patrióticos, representava-se o Brasil como escravo de Portugal. Os escravos parecem haver compreendido a hipocrisia do discurso patriótico. Se era para libertar o país da figurada escravidão portuguesa, por que não libertá-los também da autêntica escravidão brasileira? Com certeza não era a fome o combustível principal da insatisfação. Os crioulos ansiavam por coroar seus pequenos privilégios na escravidão com a conquista final da liberdade e oportunamente da cidadania no Brasil independente.

Com o passar do tempo, além de crioulos e pardos, escravos nascidos na África também se contagiaram das novas idéias e procuraram se comportar de acordo com elas. A 22 de maio de 1822, o cônsul francês na Bahia, Jacques Guinebeau, escreveu preocupado: “As idéias de liberdade continuam a fermentar entre os escravos crioulos e pardos. (...) Os africanos ainda não pedem liberdade, mas agem com independência (...) recusando obedecer ao feitor e ao senhor”.²⁶

Em junho do mesmo ano, os africanos iam além. Foi o que observou nosso já conhecido barão de Roussin em correspondência para o ministro da Marinha francesa: “É já certo que não somente os brasileiros livres e crioulos desejam a in-

dependência política, mas mesmo os escravos, nascidos no país ou importados há vinte anos, pretendem-se crioulos brasileiros e falam de seus direitos à liberdade".²⁷

Essa criouliização ideológica dos africanos ladinos — "importados há vinte anos", segundo Roussin — representava um fenômeno inteiramente novo. Os africanos eram apegados a suas raízes e tendiam ao isolacionismo político. Em geral, não participavam dos movimentos sociais predominantemente brasileiros, até porque eram por estes rejeitados. Fizeram suas próprias revoltas antes, durante e após a Independência. Mas muitos não descartavam um projeto de integração à comunidade brasileira, desde que esta os aceitasse como pessoas livres. A tese de Genovese de que as idéias modernas de liberdade floresceram entre os escravos rebeldes após a vaga revolucionária burguesa de fins do século XVIII, e especialmente após a revolução haitiana, é coerente com este processo, embora, como criticou acertadamente Schwartz, não se aplique facilmente ao ciclo das rebeliões africanas da Bahia entre 1807 e 1835.²⁸ Estas se inspiraram ideologicamente sobretudo em tradições oriundas da África Ocidental — como as religiões étnicas e o Islã — e não da Europa.

A inquietação entre os escravos inquietou a elite baiana. É o que revelam as palavras de José Garcez Pinto de Madureira, irmão de dona Bárbara: "Os que não são nada e que querem pilhar o bom buscam a anarquia. (...) Se faltasse a tropa eram outros São Domingos".²⁹ Nessa ilha do Caribe, como vimos, três décadas antes os escravos haviam se rebelado, vencido os senhores e acabado com a escravidão. Parodiando Caetano Veloso, os senhores baianos temiam que "o Haiti fosse aqui".

Embora de maneira tímida, os escravos da Bahia tentaram participar do projeto político de libertação nacional, mas foram barrados. E a despeito dos pesadelos da elite baiana, eles não criaram um novo Haiti aqui. Aparentemente não tentaram, por exemplo, um levante em massa durante o conflito luso-brasileiro, momento em que os homens livres se encontravam mais divididos. Não conseguiram organizar-se para tal, e, ademais, eles também achavam-se divididos em

diversas etnias africanas adversárias, além da secular e difundida animosidade entre crioulos e africanos.

Os escravos fizeram, no entanto, algumas poucas rebeliões localizadas. Estas, estamos certos, foram produzidas pelos escravos de origem africana, que prosseguiram com seus movimentos rebeldes iniciados quase duas décadas antes. Dessa forma, estas revoltas não podem ser estritamente consideradas como ideologicamente ligadas ao discurso liberal do momento — como, por exemplo, a petição dos crioulos de Cachoeira —, mas sem dúvida seu aparecimento beneficiou-se do clima de divisões da Independência. Os africanos que delas participaram não eram os ladinos a que se referia Albert Roussin. Eles representariam uma outra “facção” no interior do “partido negro”.

Em maio de 1822, antes do início da guerra, os 280 escravos do engenho Boa Vista, na ilha de Itaparica, recusaram a indicação de um novo feitor pelo proprietário, o comerciante José Inácio Acciavoli Brandão e Vasconcelos. Conta Roussin: “O proprietário, sem levar em consideração este motim, até então sem par, insistiu e o capataz foi imposto. Quatro dias depois, foi morto com tamanho sangue frio e em tais circunstâncias, que ninguém duvidou da existência de uma organização. Nisso, queixas dos habitantes da ilha e pedidos para que sejam enviadas tropas para dominarem os revoltosos. O brigadeiro Madeira, cuja salvação depende da reunião de seus corpos e que sente o abuso que se poderia fazer de tais pretextos para dispersá-los e destruí-los, recusou-se a mandar gente, e na qualidade de Governador das Armas, ordenou às milícias da ilha que marchassem. Obedeceram e mataram 32 negros, feriram oitenta e a ordem foi momentaneamente restabelecida. Mas eis a guerra dos escravos começada e seus resultados incalculáveis”.³⁰

Segundo dona Maria Bárbara, amiga de Acciavoli, apenas 25 escravos teriam sido mortos e dezoito presos, mas ela acrescentaria a morte do administrador do engenho — além da do feitor — entre as baixas provocadas pelos rebeldes. É também de interesse que ela, acostumada a tratar com escravos, discordasse de Gouveia Osório, coronel da Legião Lu-

sitaia, que, tal como Roussin, viu no incidente o início da grande sublevação: “E o sovina Osório quer fazer deste caso coisa grande, dizendo: ‘já se principia’. Por mais que se lhe diga: ‘muitas vezes têm acontecido fatos desta natureza’, teima a fazer bulha com isto”.³¹ Para dona Bárbara, o perigo vinha dos pardos e crioulos livres, não dos escravos africanos. Neste ponto ela divergia, talvez com razão, da maioria dos observadores dos acontecimentos da época.

Algum tempo depois, lá pelo mês de setembro, na vila de São Mateus, os “pretos forros e cativos se levantaram contra brancos e pardos”, segundo um relato policial. Lembramos que nessa época o termo “preto” era utilizado para designar o negro nascido na África. Como em muitas outras rebeliões, escravos e libertos africanos aliavam-se contra os nascidos na terra, aqui excetuando os crioulos, o que nem sempre ocorria. O movimento foi sufocado e há notícia da prisão de dois libertos, um deles acusado de se proclamar rei — prova de que não só os brancos, mas também os escravos africanos, tinham seus projetos monárquicos.³²

Um outro levante ocorreu em plena guerra, quando um grupo de cerca de duzentos escravos africanos atacou as forças brasileiras estacionadas em Mata Escura e Saboeiro, imediações de Pirajá, a 19 de dezembro de 1822. Esta foi a única ocasião em que parece ter havido influência dos portugueses na decisão dos escravos de se levantarem. Segundo Braz do Amaral, houve “um combate muito disputado”, em que os soldados brasileiros sofreram várias baixas. Repellido o ataque, muitos escravos foram presos, Labatut ordenou a execução sumária de 52 deles e o açoitamento do resto. A lição de sangue não passou despercebida. Os escravos em geral entenderam não ser um boa idéia rebelarem-se num momento em que seus senhores se encontravam tão bem armados.³³

A ILUSÃO DA PAZ

Embora poucas, as revoltas do período de guerra refletiram a indisciplina que invadira as senzalas. A guerra real-

mente enfraqueceu o controle sobre os escravos. Descrente da capacidade do Conselho Interino provincial de dar conta do problema, um grupo de proprietários se queixou em fevereiro de 1823 ao governo imperial dos “males suscitados pela fuga dos Escravos”.³⁴ Manoel José Freire de Carvalho conta, alguns anos após a guerra, as peripécias do seu escravo Manoel Muniz, que em 1826 pediu ao governo do Império que garantisse sua liberdade pelos serviços prestados à causa da Independência. Segundo Freire de Carvalho, o escravo lhe desobedecera, “deixando-se ficar na Cidade, sem o acompanhar para o Recôncavo, onde lhe determinara que o procurasse, e os serviços que alega ter prestado foram mais em proveito seu do que da Província, pois que recebia paga avultada de tudo quanto se propunha fazer; e depois da entrada para a Cidade do dito seu Senhor nunca mais ele o procurou, e nem o reconheceu como tal, conservando-se como forro”.³⁵ Aparentemente o escravo Manoel se valeu da reputação de combatente da Independência para subtrair-se ao domínio do senhor. Este, com certeza para evitar a fama de impatriótico, acabou cumprindo o desejo de sua alteza imperial de libertar oficialmente o meritório escravo.

Entretanto, a maioria dos escravos não teve a sorte de Manoel Muniz. Diante do quadro de fugas generalizadas, uma vez reconquistada Salvador e vencida a guerra, o novo regime logo tratou de colocar a escravaria nos eixos. A 31 de julho de 1823, o recém-formado governo provisório da Bahia emitiu uma ordem, em cujo preâmbulo lê-se: “O Governo Provisório desta Província, querendo acautelar, como é de seu dever, os graves prejuízos que resultam, tanto aos particulares, como geralmente a toda a Província, da dispersão dos escravos que andam vagando fora da companhia de seus Senhores pelas povoações, lugares e matas do Recôncavo e alguns retidos em poder estranho (...)”.³⁶ Daí passa a enumerar uma série de providências para a captura de escravos fugidos e sua devolução aos legítimos donos. Uma das medidas orientava o retorno à cena da odienda figura do capitão-do-mato. Para escravos e senhores, tudo voltava a ser como antes, ou pelo menos parecia.

Na verdade, a vitória na guerra não significou a conquista da paz pelos senhores. Além das dificuldades econômicas que passaram a enfrentar após 1822, tanto a gente pobre livre quanto os escravos da Bahia tiraram-lhes o sono com repetidas rebeliões ao longo de duas décadas. A Independência havia liberado energias coletivas de difícil controle e o “partido negro”, embora dividido, ainda voltaria à cena muitas vezes. Em 1835 foi quando ele se apresentou mais ousado e radical.